



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Noel' and a signature that appears to be 'Grilo'.

## ATA N.º 102

15-09-2021

Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a centésima segunda reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, em regime de substituição, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial.-----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----


Os Vereadores do PS, por se tratar da última reunião deste executivo, deixaram a seguinte nota: Agradecer toda a disponibilidade e o empenho dos restantes membros

do executivo na procura das melhores soluções possíveis para o desenvolvimento e progresso do concelho, não estando muitas vezes de acordo com as opções tomadas mas aceitando democraticamente toda a legitimidade do executivo em permanência. Da nossa parte ficamos de consciência tranquila por ter procurado apresentar as nossas opções sobre as mais variadas matérias, respeitando quem nos elegeu e todos os munícipes do concelho. Agradecer também aos funcionários da autarquia toda a colaboração, respeito e amizade com que nos trataram, estando disponíveis no futuro para aquilo que precisarem.

O Sr. Presidente da Câmara de igual forma deixou a seguinte nota: Gostaria de fazer um agradecimento especial a todos os elementos da Câmara pelo trabalho desenvolvido nestes 4 anos e que, apesar de todas as diferenças de ideias e de projetos foi um trabalho de respeito de tolerância e de participação. Penso que ao longo destes 4 anos num período completamente atípico e diferente daquilo que estávamos habituados ao nível do poder local acabámos por realizar um bom mandato que nos deve deixar orgulhosos e que também orgulhará a população do concelho. Dizer que isto só foi possível com o empenho e dedicação de todos os trabalhadores da autarquia aos quais em nome do executivo gostaria de deixar um agradecimento público. Gostaria de destacar em especial o trabalho realizado pelos vereadores Noémia Ramos e Francisco Fitas que terminam funções no executivo agora em maioria e tiveram um papel relevante e extremamente importante nas ações desenvolvidas durante este mandato. Destacar também o trabalho dos técnicos que têm acompanhado as reuniões de câmara que têm sido o apoio mais próximo nas tomadas de decisão e apoio ao executivo. Como nota final esperar que no próximo mandato e com o futuro executivo se continue a desenvolver este trabalho proativo e que tem permitido ao concelho de Cuba continuar a desenvolver-se da forma como tem acontecido nos últimos anos.

A Senhora Vereadora Noémia Ramos deixou também a seguinte nota: em primeiro lugar dirijo-me a todos os munícipes do concelho de Cuba referindo o trabalho desenvolvido nos pelouros que me foram atribuídos. Foram sempre realizados com empenho e dedicação em prol das pessoas. Durante o mandato não tive outro objetivo que não fosse a sua defesa e a defesa da qualidade de vida das populações do





concelho de Cuba. Porque se para alguns ou pelas pessoas aparece no fim de mandato para outros elas existiram desde o início, pois vejamos: como podem verificar desde a primeira reunião de Câmara e até um determinado momento fiz questão de dar conta do trabalho realizado quinzenalmente para que fosse do conhecimento geral: os que me elegeram e os que não me elegeram do trabalho desenvolvido a quem com verbas públicas pagavam o meu ordenado. Se não mantive até hoje essa forma de trabalhar só posso dizer que encapotadamente houve uma forma de me silenciar porque se há pessoas que defendem a participação com efetividade e não como conceito, eu sou uma delas e está provado pelos projetos pelas ações e atividades que desenvolvi nos pelouros da educação, formação profissional e emprego, ação social e saúde, florestas e proteção civil, pois contei com a participação de muitas entidades, às quais agradeço. Nos restantes pelouros que me foram também atribuídos como é o caso da comunicação e imagem, turismo, juventude e associativismo, tive sempre um campo limitado de intervenção, sendo que, existiam outras pessoas a coordenar esses pelouros pelo que não tinha autonomia e poder de decisão ou então, havia um vazio total na gestão dos destinos dos setores como é o caso da juventude. Pois a juventude não existe apenas de 4 em 4 anos. A juventude existe todos os dias como existiu no programa eleitoral de 2017/2021. Para finalizar informar a população do concelho de Cuba que tudo o que foi dito por mim anteriormente tratou-se de um “improviso” por desconhecer que esta seria a última reunião do mandato do qual faço parte. Este é o nível de participação a que o senhor Presidente da Câmara se refere. Uma palavra para a vereação da oposição, em que nem sempre o caminho foi fácil, mas que agradeço a forma cordial como sempre nos relacionámos sendo que a democracia precisa de maior luta e persistência nas ideias para qua assim possamos continuar a dignificá-la lutando por novos e melhores ideais.

A todos os trabalhadores do município e especialmente com os quais trabalhei de forma próxima, o meu reconhecimento pelo seu empenho, dedicação, profissionalismo e sentido de serviço público, sempre pelo respeito, dignidade e promoção das pessoas.

À população do concelho uma última palavra de que poderão sempre contar comigo como já faziam antes de ser eleita, pois as relações não passam por cargos passam pela proximidade. Bem hajam!

O Sr. Vereador Francisco Fitas deixou a seguinte nota: Passados 16 anos eis que chega o fim da minha atividade nesta autarquia. Deixar aqui um agradecimento a todos os funcionários pela forma e o carinho com que sempre lidámos e trabalhámos em especial aqueles com quem mais tempo trabalhei: os trabalhadores do estaleiro. Dizer que não foi um trabalho fácil. Quanto a mim é dos trabalhos mais difíceis de gerir em cada município. No entanto pautei sempre para, em conjunto e com respeito, levarmos a bom porto todos os nossos objetivos em prol da população do concelho de Cuba. Deixar também aqui uma palavra de agradecimento a todos os colegas que passaram pelos vários mandatos. Nem tudo correu da melhor forma. Eu estive 8 anos na oposição e também sei que não foi tarefa fácil embora nos 8 anos que estive a tempo inteiro reconheça que o trabalho e o entendimento foi muito mais fácil e colaborante. Deixo assim que a minha passagem pela política foi de forma gratificante. Obrigado a todos mais uma vez. Bem hajam!

**BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021: € 499 445,55.** -----

**1. INFORMAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUBA.** -----

Foi presente à Câmara a Informação reg.º n.º 12401, cujo teor se transcreve: -----

“Fundamentação: -----

*Enquadramento Legal: De acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 Setembro.* -----

*Relativamente ao assunto em epígrafe os Serviços da Contabilidade informam, que a situação financeira do município se retrata da seguinte forma:* -----

Execução Orçamental: -----

*O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de € 485.632,10 à data de 31/08/2021;* -----

*Os pagamentos efetuados à data de 31/08/2021 possuem o valor de €3.577.316,30*



para Despesas Correntes e €2.213.317,42 para Despesas de Capital. A despesa apresenta um grau de execução do ano de 48,75 % no que diz respeito a despesa corrente e 42,45 % a despesa de capital; -----

As receitas cobradas pelo Município à data de 31/08/2021 ascendem a €3.710.261,03 no que diz respeito à receita corrente, €2.414.722,71 a receita de capital. A receita apresenta um grau de execução do ano de 65,54% relativamente à receita corrente e 51,67% à receita de capital. Encontra-se por cobrar €277.978,71; -----

O saldo de execução orçamental à data de 31/08/2021 é de €474.688,37; -----

A cabimentação atingiu à data 90,97 % no que diz respeito a despesa corrente e 97,36 %, no que diz respeito à despesa de capital; -----

Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em € 5.037.539,33 e em despesa capital €4.466.511,40 e representam relativamente ao orçamento corrigido 86,47% e 96,94% respetivamente. No que diz respeito aos compromissos a transitar ascendem à data a €3.409.297,67 sendo: -----

€ 1.274.867,27- Despesa corrente -----

€ 2.134.430,40-Despesa capital -----

A faturação comunicada, não paga (obrigações por pagar) à data de 31/08/2021 ascende a €304.119,34 sendo: -----

Despesa corrente : €185.355,76 -----

Despesa capital : €118.763,58 -----

Limites ao Endividamento: -----

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 Setembro: -----

“A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações

orçamentais. -----

Limite da dívida total para 2021: -----

Limite da dívida total (1,5\*média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos) :

Receita corrente líquida 2018	Receita corrente líquida 2019	Receita corrente líquida 2020	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
5.014.337,73	4.862.992,23	4.952.934,77	14.830.264,73	4.943.421,58

Limite da dívida total: €7.415.132,37

Situação do Município em 01-01-2021 :

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.562.228,21	101.776,18	2.664.004,39	5.779,41	2.658.224,98

Situação do Município em 31-08-2021:

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.258.238,35	8.496,93	2.266.735,28	15.370,35	2.251.364,93

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são: -----

AMCAL (participação de 22,05%): € 8.496,93 -----

AMGAP :€0,00; -----

ANMP:€; -----

CIMBAL ( participação de 3,91%): €; -----

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal ( participação de 100%): € 0,00 -----



Verifica-se que o Município se encontra numa situação de cumprimento em relação à dívida total. -----

*Em relação à dívida conjunta foi tido em consideração a informação relativa ao 2º trimestre de 2021 fornecida pelas entidades participadas (informação incompleta, somente a AMCAL forneceu).* -----

*Pagamentos em atraso:* -----

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, “a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.” -----

No que diz respeito ao período em análise, não possui o Município pagamentos considerados em atraso. -----

*Fundos Disponíveis:* -----

Os Fundos disponíveis do período foram de: € 503.205,35, tendo sido absorvidos até final do mês €337.872,66. -----

Do atrás exposto conclui-se: -----

No que diz respeito à dívida por cobrar verifica-se um aumento em relação ao saldo inicial. Deve ser reanalisada esta situação e adotadas medidas corretivas, uma vez que em termos absolutos o aumento verificado é de €38.476,72. Os montantes em execução fiscal não tem diminuído encontrando-se alguns dos processos em análise nos serviços jurídicos. Acresce também justificar que a adoção de medidas extraordinárias, no âmbito da pandemia- Covid-19, tomadas pelo órgão executivo relevam para o aumento da dívida; -----

O município encontra-se à data com elevada execução orçamental da despesa, no que diz respeito a cabimentos e compromissos, por força da execução orçamental e da lei dos compromissos cujo horizonte é de 6 meses; -----

Não existem pagamentos em atraso; -----

No que diz respeito à dívida total, verifica se uma diminuição de 15,31%; -----

A Câmara tomou conhecimento -----

## **2. JOSÉ ANTÓNIO MACHADO DOS ANJOS. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA PARA VENDA AMBULANTE.** -----

Foi-nos presente o pedido apresentado pelo Sr. José António Machado dos Anjos, de ocupação de via pública para exercício de venda ambulante. -----

Trata-se de um pedido de ocupação de via pública, embora não se saiba o espaço a ocupar, nem a(s) data(s) da ocupação e que deve ser clarificado com o requerente, por forma a calcular o valor das taxas devidas, para venda ambulante e de equipamento de diversão manual para crianças. -----

De harmonia com o disposto no art.º 7.º do Regulamento de Venda Ambulante, “A atividade de vendedor ambulante só é permitida durante o período de abertura dos estabelecimentos comerciais que vendam a mesma espécie de produtos, salvo por

*ocasião de festas ou festejos, situação em que a Câmara Municipal divulgará, atempadamente, o horário dentro do qual a venda ambulante é permitida". -----*

Pelo exposto, deve: -----

1.º Ser clarificado com o requerente a área de espaço público a ocupar e o período de ocupação, para efeitos de cálculo das taxas devidas; -----

2.º Deve a Câmara Municipal determinar o espaço que o requerente pode ocupar e o respetivo horário de funcionamento; -----

3.º Caso não seja possível submeter o presente pedido a deliberação do órgão executivo, o que depende da clarificação do período pretendido para o efeito, pode V. Ex.ª, Sr. Presidente, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (*"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*), decidir sobre esta questão e submete-la a ratificação pela Câmara Municipal na sua próxima reunião ordinária de 15/09/2021. -----

Foi presente o despacho do Sr. Presidente de indeferimento da pretensão. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

### **3. RUTE BENTO. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA PARA VENDA AMBULANTE. -**

Foi-nos presente o pedido apresentado pela Sr.ª D. Rute bento, de ocupação de via pública para exercício de venda ambulante. -----

Trata-se de um pedido de ocupação de via pública, embora não se saiba o espaço a ocupar, nem a finalidade da ocupação, o que deve ser clarificado com a requerente, por forma a calcular o valor das taxas devidas (presume-se que, atento anterior pedido da requerente para venda ambulante no Carnaval de Cuba, seja um espaço de 4x2m para venda de cachorros quentes). -----

De harmonia com o disposto no art.º 7.º do Regulamento de Venda Ambulante, *"A atividade de vendedor ambulante só é permitida durante o período de abertura dos estabelecimentos comerciais que vendam a mesma espécie de produtos, salvo por ocasião de festas ou festejos, situação em que a Câmara Municipal divulgará, atempadamente, o horário dentro do qual a venda ambulante é permitida"*. -----



Pelo exposto, deve: -----

1.º Ser clarificado com a requerente a área de espaço público a ocupar e a finalidade da ocupação, para efeitos de cálculo das taxas devidas; -----

2.º Deve a Câmara Municipal determinar o espaço que a requerente pode ocupar e o respetivo horário de funcionamento; -----

3.º Uma vez que as datas pretendidas para a ocupação – dias 03 a 05/09/2021, não é possível submeter o presente pedido a deliberação do órgão executivo, razão pela qual pode V. Ex.ª, Sr. Presidente, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (*“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*), decidir sobre esta questão e submete-la a ratificação pela Câmara Municipal na sua próxima reunião ordinária de 15/09/2021. ----

Foi presente o despacho do Sr. Presidente de indeferimento da pretensão -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**4. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES-  
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO. APOIO PARA A AQUISIÇÃO DE LIVROS  
E/OU MATERIAL ESCOLAR, REFEIÇÕES E TRANSPORTES. ANO LETIVO 2021/2022.  
CANDIDATURAS EXTEMPORÂNEAS. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 19/2021, do SAE, cujo teor se transcreve: -----

*“Decorrido o prazo normal de candidaturas, foram apresentados 14 pedidos, extemporâneos, para os apoios em epígrafe para alunos do ensino pré-escolar, 1.º ciclo e 3.º ciclo (transporte). -----*

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, os requerimentos foram rececionados atendendo aos motivos apresentados (marcação para atendimento na Seg. Social, suposição de registo automático na plataforma das matrículas e mudanças de residência). -----

São alunos pertencentes a agregados familiares integrados no 1.º e 2.º escalão de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família. -----

Assim, têm direito aos apoios, em cantina, materiais e/ou livros escolares e transporte escolar os alunos constantes nos quadros I (Educação Pré-escolar), II (1.º Ciclo) e III (transportes escolares), anexos a esta informação, que cumprem os requisitos para a comparticipação da Câmara. -----

Os apoios para as refeições escolares, para os alunos no 2.º escalão continuam a ser atribuídos de acordo com a deliberação de câmara de 10/02/2021. -----

As necessidades de transporte escolar para os circuitos especiais (montes ou lugares no concelho), são asseguradas por viaturas e motoristas da autarquia, independentemente do escalão do Abono de Família. -----

Relativamente ao transporte dos alunos do 1.º ciclo do EB, de Vila Ruiva para a escola sede do Agrupamento, foi considerado que o transporte será feito nos mesmos moldes do ano letivo transato, também assegurado por viaturas e motoristas da autarquia. Estas situações estão contempladas no quadro III, em anexo. -----

#### Encargo financeiro -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições (tendo por base o preço praticado no ano letivo transato e o n.º de dias letivos e não letivos, por força da oferta das atividades de apoio à família nas interrupções do natal, páscoa e verão para 2021/2022) tem um valor estimado de 3.532,86€, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2021/2022 o valor estimado será de 1.219,68€ e o encargo financeiro para o apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo, tem um valor de 340 €. -----

Nos cálculos da despesa para o 1.º período foi tido em conta a Deliberação de Câmara - DC - de 10/02/2021, no âmbito das medidas extraordinárias de apoio ao combate à COVID-19 – Alargamento da entrega de refeições gratuitas aos alunos do Pré-escolar e 1.º ciclo do escalão B (II). -----



O pagamento do apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo será feito à entidade fornecedora dos materiais e/ou livros escolares, neste caso concreto à "Papellaria Articor", por meio de cheque ou outro meio de pagamento. -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, será averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

Toda a documentação para instrução das candidaturas encontra-se arquivada, em pastas, no Serviço de Educação." -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico no que respeita a alimentação, atribuição de auxílios económicos a estudantes e transportes escolares, para ano letivo 2021/2022, deliberou atribuir os apoios solicitados apesar de extemporâneos. -----

##### **5. SUBMISSÃO DE DUAS CANDIDATURAS CEI PELO MUNICÍPIO DE CUBA - ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 78/2021, do SASS, cujo teor se transcreve: -  
"Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre me informar na sequência do despacho da Sra. Vereadora Dr.ª Noémia Ramos, que é intenção desta autarquia, apresentar duas candidaturas CEI no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de dois trabalhadores na área de Serviços Gerais. -----

Nestes termos somos a expor a despesa associada a uma candidatura:  
Valores globais 2021: -----

1)	1.1 - Bolsa mensal: 87,76 € x 1 pessoa x 3,5 meses .....	307,16 €
	1.2 - Subsídio de alimentação: 104,94 € x 1 pessoa x 3,5 meses .....	367,29 €
	1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:.....	100,00 €
	Total : .....	774,45 €

2) Atendendo ao facto que neste tipo de programa não existe comparticipação de valores por parte do IEFP, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

3.1 Bolsa mensal: 87,76 € x 1 pessoa x 3,5 meses .....307,16€

3.2 - Subsídio de alimentação: 104,94 € x 1 pessoa x 3,5 meses .....367,29 €

3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 100,00 €

Total a cargo da entidade .....774,45 €

Valores globais 2022:

1) 1.1 - Bolsa mensal: 87,76 € x 1 pessoa x 7,5 meses .....658,20 €

1.2 - Subsídio de alimentação: 104,94 € x 1 pessoa x 7,5 meses .....787,05 €

Total : .....1.445,25 €

2) Atendendo ao facto que neste tipo de programa não existe comparticipação de valores por parte do IEFP, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes: -----

2.1 - Bolsa mensal: 87,76 € x 1 pessoa x 7,5 meses .....658,20 €

2.2 - Subsídio de alimentação: 104,94 € x 1 pessoa x 7,5 meses .....787,05 €

Total a cargo da entidade .....1.445,25 €

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter as candidaturas das candidaturas, bem como assumir o compromisso com a despesa a elas associadas, sendo que no ano 2021 o valor a considerar é de 774,45 € cada, e no ano 2022 é de 1.445,25 € cada. -----

**6. CÂNDIDO JOSÉ MACHADO PERIQUITO. PEDIDO DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE ESTACIONAMENTO. RUA DA SOCIEDADE FILARMÓNICA CUBENSE 1.º DE DEZEMBRO, N.º 52, EM CUBA. -----**

Vem o requerente solicitar o apoio da autarquia no sentido de resolver uma situação de estacionamento que impossibilita o acesso à sua garagem sita na rua da sociedade filarmónica 1º de Dezembro, nº 52A, senda a minha garagem o nº 52. -----



Alega o requerente que, sendo esta rua de sentido único, sempre que há veículos estacionados entre o nº 55 e 57 (situação recorrente) fica impossibilitado de aceder à garagem com a sua viatura. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou determinar aos serviços a marcação de uma faixa amarela em frente ao portão com pelo menos 5 metros de comprimento. -----

**7. LEONEL JOSÉ DOS REIS COSTA. PEDIDO DE ESTACIONAMENTO RESERVADO PARA APOIO À OFICINA NA RUA DR. EGAS MONIZ, 47, EM CUBA. -----**

Solicita o Sr. Leonel José dos Reis Costa um lugar de estacionamento privativo na Travessa Visconde da Esperança em Cuba para apoio à oficina na Rua Dr. Egas Moniz, 47, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder em conformidade com a informação do Fiscal Municipal em que propõe a marcação de um lugar de cargas e descargas. ----

**8. CAMPO GRANDE SILVICULTURA LDA. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM. ARRANQUE DE 2700 OLIVEIRAS NO PRÉDIO ART.º 6, SECÇÃO C, FARO DO ALENTEJO. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, atendendo à urgência invocada pelo requerente, deferiu a emissão de certidão de enquadramento da ação em título, nos termos constantes da informação do Serviço de Urbanismo que seguidamente se transcreve: -----

“Vem o requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa ao arranque de oliveiras no prédio acima identificado . -----

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o local inserido em *Áreas com Aptidão para Sistemas Silvo-Pastoris e com aptidão agrícola dominante*; -----

De acordo com a Planta de Condicionantes do mesmo plano, há a assinalar interferência com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) e de REN (Reserva Ecológica Nacional). -----

Ao tratar-se de uma ação agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver enquadramento no art.º 86º do regulamento do

PDM; -----  
Deverá ainda o requerente diligenciar junto da Direção Regional de Agricultura, a obtenção da respetiva autorização, nos termos do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de Maio; -----

Para os solos de REN, há que ter em consideração o respetivo regime jurídico, atualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 Setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro e do Decreto-Lei n.º 96/2013 de 19 de Julho, que estabelece que nas áreas incluídas na REN *são proibidas as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ou ampliação, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal. Excetuando-se os usos e as ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas incluídas em REN. Consideram-se compatíveis com os objetivos mencionados no número anterior os usos e as ações que cumulativamente:* -----

1. Não coloquem em causa as funções das respetivas áreas, nos termos do Anexo I; e
2. Constem do Anexo II do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, nos termos dos artigos seguintes, como: -----

i) Isentos de qualquer tipo de procedimento; ou -----

ii) Sujeitos à realização de uma mera comunicação prévia. -----

De acordo com o atrás referido, e tendo em consideração as ações agrícolas de olival e vinha nos termos do disposto no artigo 20.º e respetivo Anexo II do regime da REN, poderá haver isenção de comunicação prévia; -----

No que respeita aos achados arqueológicos que eventualmente possam a vir a ser encontrados, deverá o promotor, dar conhecimento dos mesmos no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes (Artigo 78.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, com as alterações posteriores).” -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que “Em circunstâncias excecionais, e no caso de,



por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. ----

**9. ANA SANTOS. PEDIDO NO ÂMBITO DO ARTIGO 110.º DO RJUE/DIREITO À INFORMAÇÃO - PRÉDIO RÚSTICO N.º 113-A VILA ALVA -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 5154, do Serviço de Urbanismo, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Vem a requerente solicitar informação no âmbito do artigo 110.º do RJUE, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, relativa aos condicionamentos legais em vigor aplicáveis ao prédio n.º 113 da secção cadastral de Vila Alva; -----

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se que o prédio está localizado em **Área Agrícola Dominante e de REN**; -----

De acordo com a **Planta de Condicionantes**, do mesmo plano, há a registar interferência com solos de **REN** (Reserva Ecológica Nacional) na totalidade do prédio; --

Para os solos de REN, e tendo como base o respetivo regime jurídico fixado pelo *Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro, e Portaria n.º 419/2012 de 20/12*, há um conjunto de requisitos legais que deverão ser verificados, mediante emissão de parecer vinculativo da Comissão de Coordenação Regional (CCDRA); -----

Sem prejuízo do que atrás foi exposto, há ainda que ter em consideração o preceituado pelos artigos 60.º e 74.º do Regulamento do PDM, que estabelece algumas condicionantes para estas áreas: -----

- *só se admitem novas construções desde que se destinem às atividades agrícola e florestal, para residência própria do proprietário-agricultor de exploração agrícola respeitando as condições enunciadas no n.º 3 do artigo 74.º do presente regulamento, bem como as destinadas a atividades e empreendimentos turísticos previstos no artigo 60.º deste regulamento, nos seguintes termos: -----*

- *o requerente é agricultor, nos termos regulamentares sectoriais, responsável pela exploração agrícola e proprietário do prédio onde se pretende localizar a habitação, facto que deve ser comprovado pelas entidades competentes; -----*

A área mínima do prédio não poderá ser inferior a 4 hectares, sendo excecionada até aos **2 hectares** nas freguesias de **Vila Alva** e Vila Ruiva pela forte presença de pequena propriedade. -----

De acordo com o exposto, e se houver verificação dos requisitos explicitados no ponto 5, haverá que proceder previamente à obtenção da autorização da CCDRA.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar em conformidade com a presente informação. -----

#### 10. PROPOSTA PARA APANHA DE AZEITONA PROVENIENTE DAS OLIVEIRAS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO. -----

Vem o Sr. António Maria Ramos demonstrar o seu interesse para apanha das azeitonas provenientes das oliveiras propriedade do Município de Cuba, solicitando a abertura de concurso para o efeito. -----

Verifica-se que, à semelhança de anos anteriores, as oliveiras existentes nos prédios, propriedade do Município, na zona envolvente do Parque Empresarial “Quinta da Graciosa”, em Cuba, estão carregadas de azeitonas. -----

Sendo este um fruto tradicional e relevante do Alentejo e base do seu tão afamado azeite, torna-se conveniente não deixar que tal bem se perca. -----

*Quid júris?* -----

De harmonia com o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 204.º do Código Civil, “são coisas imóveis (...) os frutos naturais (...) enquanto estiverem ligados ao solo”. -----

Nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal “adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG”, ou seja, até € 530.000,00. -----

Compulsados os pedidos anteriormente apresentados sobre a apanha de azeitonas propriedade do Município, verifica-se que nos anos de 2011 e 2013 foi autorizada a sua alienação direta aos requerentes, e em 2016 optou-se por se lançar um concurso público, na expectativa de aparecerem vários interessados, o que não se verificou, tendo o procedimento ficado deserto. -----

Nesta conformidade, cabe ao órgão executivo, no âmbito das suas competências, deliberar sobre a pretensão do requerente, deferindo-a ou optando pela abertura de concurso público para o efeito. -----



Nesta conformidade, deve V. Ex.ª Sr. Presidente, no âmbito da competência própria prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da atrás identificada lei, submeter o presente assunto para deliberação pelo órgão executivo. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 52/2021, deliberou optar pela abertura de concurso para aceitação de propostas. -----

**11. SÉRGIO SOTA MARCELINO. APOIOS SOCIAIS – PEDIDO DE APOIOS PARA AQUISIÇÃO DE UM FRIGORÍFICO. -----**

Solicita o Sr. Sérgio Sota Marcelino, em virtude de se encontrar a viver uma situação financeira muito vulnerável, apoio para aquisição de um frigorífico. -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, em sintonia com idênticas tomadas de decisão sobre esta matéria, com base na Informação n.º 26/2020, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto do munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiado no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, deliberou conceder o apoio formulado para aquisição de um frigorífico no valor de € 285,00. -----

**12. JOSÉ JOAQUIM SANTIAGO VIANA. APOIOS SOCIAIS. ALIMENTAÇÃO. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 73/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto do munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiado no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pelo Sr. José Joaquim Santiago Viana. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º

75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. ----

**13. KAMALDEEP MATTU SINGH. APOIOS SOCIAIS. ALIMENTAÇÃO. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 75/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto do munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiado no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pelo Sr. Kamaldeep Mattu Singh. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. ---

**14. CLARISSE CARAPINHA SIMÕES. APOIOS SOCIAIS. ALIMENTAÇÃO. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 80/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Clarisse Carapinha Simões. -----



A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. ----

**15. SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI PELO MUNICÍPIO DE CUBA - 1 VAGA - ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 82/2021, do SASS, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar na sequência do despacho do Sr. Presidente da Câmara, que é intenção desta autarquia, apresentar uma candidatura CEI no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de um trabalhador na área de Serviços Gerais. -----

Nestes termos somos a expor a despesa associada à candidatura: -----

Valores globais 2021: -----

- 1) 1.1 - Bolsa mensal: 87,76 € x 1 pessoa x 3,5 meses .....307,16 €  
1.2 - Subsídio de alimentação: 104,94 € x 1 pessoa x 3,5 meses .....367,29 €  
1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 100,00 €  
Total : .....774,45 €

2) Atendendo ao facto que neste tipo de programa não existe comparticipação de valores por parte do IEFP, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes: -----

- 3.1 Bolsa mensal: 87,76 € x 1 pessoa x 3,5 meses .....307,16 €  
3.2 - Subsídio de alimentação: 104,94 € x 1 pessoa x 3,5 meses .....367,29 €  
3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 100,00 €  
Total a cargo da entidade .....774,45 €

Valores globais 2022: -----

1) 1.1 - Bolsa mensal: 87,76 € x 1 pessoa x 7,5 meses .....658,20 €

1.2 - Subsídio de alimentação: 104,94 € x 1 pessoa x 7,5 meses .....787,05 €

Total : .....1.445,25 €

2) Atendendo ao facto que neste tipo de programa não existe comparticipação de valores por parte do IEFP, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes: -----

2.1 - Bolsa mensal: 87,76 € x 1 pessoa x 7,5 meses .....658,20 €

2.2 - Subsídio de alimentação: 104,94 € x 1 pessoa x 7,5 meses .....787,05 €

Total a cargo da entidade .....1.445,25 €"

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter as candidaturas, bem como assumir o compromisso com a despesa a elas associadas, sendo que no ano 2021 o valor a considerar é de 774,45 € cada, e no ano 2022 é de 1.445,25 €. -----

#### 16. LUÍS MANUEL COLAÇO QUEIMADO. APOIOS SOCIAIS. INSCRIÇÃO EXTEMPORÂNEA. -----

Dirigiu-se ao Gabinete de Ação Social e Saúde, o Sr. Luís Manuel Colaço Queimado, com a finalidade de requerer uma candidatura para os apoios sociais. -----

De acordo com o n.º 2, do Art.º 4, do Regulamento para os apoios em vigor na autarquia, " em casos excecionais e devidamente justificados pode a Câmara autorizar a apresentação de candidatura para além do prazo referido". -----

Assim, procedeu-se à análise desta candidatura, cujo agregado familiar é composto pelo próprio que durante o mês corrente, irá transitar a sua morada para a freguesia de Vila Alva, despendendo de 250,00€ mensais para a renda de habitação. -----

Na candidatura aos apoios sociais, o munícipe requer entrada gratuita em atividades desportivas e eventos culturais promovidos pela C.M.C, aquisição de apoio à medicação e apoio ao arrendamento. -----

Para efeitos de análise do processo aplicou-se o regulamento no n.º 3 do art. 3.º do Regulamento para apoios sociais, em vigor na autarquia, aprovado em reunião de



Câmara de 14 de abril de 2021, que alterou o valor base de referência de carência económica para o correspondente indexante de apoios sociais (IAS), conforme quadro anexo. -----

Mais informo que, os valores de referência das despesas mensais com a habitação por número de elementos presentes, foram calculados com base na taxa de inflação do ano de 2020, isto é, 0,0%. -----

Em conformidade com o art.º 33, n.º 1 alínea v) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, articulada com o Regulamento Municipal, justifica-se a atribuição dos apoios ao munícipe, que reúne as condições previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento para Atribuição de Apoios Sociais em Vigor na Autarquia. ----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1- Aprovar a proposta de atribuição de apoios sociais ao Munícipe Luís Manuel Colaço Queimado. -----

2- Determinar a aplicação da deliberação aprovada na reunião de câmara de 10 de fevereiro de 2021, que aprovou o aumento de apoio ao arrendamento em mais 50% no âmbito da pandemia covid-19; -----

3- A Atribuição do valor mensal de 75,00€ para o apoio ao arrendamento ( apoio mensal: 50,00€+ apoio extraordinário de 25,00€, num total de 300,00€ ( valor a partir de setembro de 2021), para este agregado familiar. -----

**17. CARLOS FILIPE LANÇA DAROEIRA. PEDIDO DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA - CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. LOTEAMENTO DE S. PEDRO, LOTE 41, EM CUBA. -----**

Vem o requerente, na sequência da alteração do loteamento n.º 5/98, submeter a apreciação, o projeto de arquitetura para a construção de uma moradia unifamiliar no lote n.º 41; -----

Da apreciação prévia do projeto agora apresentado, verifica-se que é preconizada uma edificação, com um programa habitacional de tipologia T5 com dois pisos, obedecendo aos parâmetros urbanísticos pré-estabelecidos na operação de loteamento em que se insere. -----

No que respeita ao cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto em matéria de acessibilidade, aceita-se a intervenção proposta que dá resposta à generalidade das normas técnicas regulamentares; -----

Assim, de acordo com o exposto e para efeitos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, propõe-se o deferimento do projeto. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

**18. ALCAPREDIAL - INVESTIMENTOS E IMOBILIÁRIO, S.A. PIGARÇA, ÀREA DO PPCN. CUBA. PEDIDO DE LICENCIAMENTO - INSTALAÇÃO/CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS. -----**

Vem a requerente, submeter a licenciamento, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de Novembro, em articulação com o disposto no artigo 4.º do regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE) regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, o projeto para a construção/instalação de um Posto de Armazenagem e Abastecimento de Combustíveis, constituído por um posto de venda ao público com as seguintes capacidades:

1.1 Um tanque subterrâneo de 50 000 litros (dupla parede Aço/Aço) bicompartimentado em:

1.a 40 000 litros para gasóleo simples- Gasóleo Rodoviário B7;

1.b 10 000 litros para gasolina sem chumbo 98 – Super Plus IO 98(E10)

1.2 Um tanque subterrâneo de 50 000 litros (dupla parede Aço/Aço) bicompartimentado em:

b.a 15 000 litros para gasolina 95 simples – Euro Super IO 95 (E5);

b.b 15 000 litros gasolina 95 aditivada – Euro Super IO 95 (E5);



b.c 20 000 litros de gasóleo aditivado – Gasóleo Rodoviário B7

1.3 Duas bombas electrónicas multilínea (5 produtos/10 mangueiras) com recuperação de gases RGII;

1.4 Existirá ainda um pequeno módulo pré-fabricado de apoio e uma ilha de Ar/Água.

2 Da apreciação prévia do projeto agora apresentado, à luz do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de Novembro e dos n.ºs 2 a 4 do mesmo artigo, em articulação com a Portaria n.º 1515/2007 de 30 de Novembro, verifica-se que já consta do processo a Ficha de Segurança Contra Riscos de Incêndio, tendo sido promovido pela requerente através do Balcão do Empreendedor, o pedido de parecer à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil- Comando Distrital de Operações de Socorro de Beja, que será remetido oportunamente. Já existe no processo, Parecer Técnico do Projeto emitido pela entidade certificadora EIC, Hotgas, lda, que consubstancia a respetiva Aprovação.

3 No que respeita ao cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto em matéria de acessibilidade, aceita-se a intervenção proposta que dá resposta à generalidade das normas técnicas regulamentares;

4 Já constam do presente processo, os projetos das Especialidades legalmente instruídos.

Assim, de acordo com o exposto e para efeitos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, em articulação com as competências fixadas pelo artigo 5.º Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de Novembro, propõe-se a aprovação do licenciamento.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 12 meses o prazo para execução dos trabalhos de acordo com a calendarização apresentada. -----

## **19. ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA CURSOS DO ENSINO SUPERIOR NO ANO LETIVO DE 2021/2022.** -----

Foi presente à Câmara uma informação da Subunidade Administrativa, cujo teor se transcreve: -----

“Prevê o Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, no seu art.º 2.º, o seguinte: -----

*“No início de cada ano letivo, a Câmara abrirá concurso para atribuição de bolsas de estudo, do qual será dado conhecimento aos interessados através de edital a afixar nos locais de estilo, bem como no sítio da Internet da Câmara Municipal.” -----*

*Assim, propõe-se que a Câmara delibere no sentido de abrir concurso para atribuição de bolsas de estudo para Cursos do Ensino Superior, para o ano letivo de 2021/2022, fixando, simultaneamente, o número de bolsas a atribuir e o respetivo montante.” -----*

A Câmara, por *unanimidade*, deliberou dar início à receção das candidaturas que deverão ser formalizadas entre os dias 1 e 29 de outubro de 2021. -----

Mais deliberou a Câmara fixar em 35 o número de bolsas a atribuir no montante de € 750,00 cada. -----

-----  
Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12,20 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

